

JENKINS, Philip. GUERRAS SANTAS: COMO 4 PATRIARCAS, 3 RAINHAS E 3 IMPERADORES DECIDIRAM EM QUE OS CRISTÃOS ACREDITARIAM PELOS PRÓXIMOS 1500 ANOS. Rio de Janeiro: LeYa, 2013. 352p.

Paulo Duarte Silva¹

Professor da Baylor University e da Pennsylvania State University, o historiador galês Philip Jenkins recentemente teve sua segunda obra traduzida ao português (cf. JENKINS, 2002). Publicado originalmente em 2010 e preservando quase todo o título original,² o livro se insere em uma ampla bibliografia produzida pelo autor, destinada ao estudo das religiões, em particular do cristianismo e seus desafios contemporâneos.

Organizada em três sessões e nove capítulos, a obra de Jenkins aborda especificamente as controvérsias cristológicas³ da primeira metade do século V, associadas aos dois concílios de Éfeso (431 e 449) e, em especial, ao de Calcedônia (451), do qual resultaria a definição seguida até hoje e, de modo presumível, tida como *ortodoxa* de modo irrefletido por quase todos os cristãos, leigos e mesmo eclesiásticos.

Dentre os protagonistas eclesiásticos das referidas querelas figuram os bispos Cirilo e Dióscoro de Alexandria, Nestório de Constantinopla e Leão de Roma, além do abade Eutiques, de Constantinopla. A estes se somam instáveis lideranças imperiais como Teodósio II e Marciano, e imperatrizes como Pulquéria, Eudócia e Teodora.⁴

Em caráter ensaístico e propositadamente polemista, o livro de Jenkins possui, a nosso ver, diversos méritos. Atenta à arena historiográfica e eclesiástica que envolve o tema da consolidação e expansão do cristianismo em seus primeiros séculos,⁵ a obra contribui para a *desnaturalização* do processo de *institucionalização* eclesiástica, revelando a miríade de interesses circunstanciais (p. 296-9), bem como a complexa trama dos debates que envolveram tais sínodos, e sua relação com os eventos imperiais

¹ Doutor em História Comparada (PPGHC-UFRJ). Professor Adjunto – UFRJ.

² Com uma sutil e importante diferença: em inglês a obra se intitula *Jesus Wars: How Four Patriarchs, three queens, and two emperors decided what christians would believe for the next 1.500 years*.

³ Em suma, trata-se da vertente teológica que, a partir das obras e da pessoa de Cristo narradas pelas escrituras, especula sobre sua relação com Deus. Para Jenkins, então duas interpretações cristológicas polarizavam os debates eclesiásticos, não raro descambando para acusações de heresia. De um lado, a interpretação das *Dois Naturezas*, de particular força em Antioquia e no restante da Síria e que, embasada nos evangelhos sinópticos (particularmente Mateus), valorizava a presença da *humanidade* em Cristo. De outro, a interpretação da *Natureza Única*, de base alexandrina e que se amparava no evangelho joanino para enfatizar a *divindade* em Cristo (p. 65-100).

⁴ Considerando a sucessão de personagens e as minúcias do debate teológico, Jenkins prepara *anexas* indispensáveis à sua narrativa (p. 82-4, 309-18), aos quais se somam outros, referentes aos *sete concílios ecumênicos* (p. 61-4) e às principais divergências teológicas dos primeiros séculos cristãos (p. 96-100).

⁵ Neste sentido, vale destacar a utilização de ampla e recente bibliografia, infelizmente pouco ou nada traduzida (p. 319-51).

de maior envergadura do período.⁶ Não raro, a atuação das facções eclesiásticas em disputa é comparada a grupos como *máfias* e *hooligans* (p. 53-60), com particular destaque às ‘ofertas que não se podia recusar’ dos bispos de Alexandria (p. 117-24, 178-81, 214-23)⁷ e ao oportunismo de Juvenal, bispo de Jerusalém (p. 107-8, 179-83, 231).

Portanto, ao problematizar a formulação de um dos pilares da *ortodoxia* cristã – qual seja, a definição de fé calcedônica, segundo a qual as naturezas humana e divina são unidas em Cristo “sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação” (p. 240) –, o trabalho de Jenkins contesta diretamente o entendimento corrente de que, após a permissão de culto concedida pelo imperador Constantino em 313, a igreja seguiria um caminho de inevitável, unívoco e pacífico triunfo.⁸

Como demonstra o autor, os dados ainda estavam rolando na primeira metade do século V e, no que se refere ao debate cristológico, continuariam a fazê-lo intensamente ao menos até fins do século VII (p. 257-99). Assim, além de salientar a violência intrínseca a tais certames,⁹ Jenkins alerta para o uso impensado de categorias cambiáveis, como *ortodoxo* ou *herege*, na análise de tais disputas (p. 21-3, 296-7).

Na introdução e no primeiro capítulo da obra (p. 11-60), Jenkins apresenta algumas das opções que guiaram seu ensaio, bem como atenta para o fato de que – muito mais do que os sínodos de Niceia (325) ou Constantinopla (381) – o concílio de Calcedônia (451) poderia ser tomado como *turning point* das querelas cristológicas.

Segundo Jenkins, a partir de então, a gama de divergências doutrinárias seria substituída pela aceitação ou, ao contrário, recusa permanente das atas e definições propostas pelos calcedônios. Como resultado desta rivalidade, ocorreria o mútuo enfraquecimento das facções cristãs no Oriente, preparando caminho para a conquista islâmica na primeira metade do século VII e a supressão dos adversários da cristologia calcedônica, dada a conversão, a longo prazo, das populações orientais ao Islã.¹⁰

⁶ Jenkins considera que a busca pela unidade espiritual ansiada pela querela seria o espelho invertido de um cenário político e militar cada vez mais conturbado, coincidente com o crescente assédio às fronteiras e províncias imperiais, particularmente entre o II concílio de Éfeso (449) e Calcedônia (p. 195-253).

⁷ No mais, que lideravam monges cujo *modus operandi* é pouco usual ao que costumamos atribuir, quando se observa sua atuação excessivamente violenta.

⁸ Sobre o tema historiográfico da aproximação entre Império e Igreja e seus efeitos, conferir (SILVA, 2014). Somente em um trecho Jenkins se afasta desta premissa: a saber, quando avalia o fracasso inevitável da tentativa de “repaganização” do imperador Juliano (360-363) (p. 149).

⁹ Violência física indissociada da simbólica, com a obrigação da comunhão eucarística “reconciliatória” acompanhada de espancamentos (p. 17, 273-4, 284). A perseguição dos opositores, neste sentido, faz com que o autor trace paralelos com outros episódios mais conhecidos de violência do cristianismo medieval, tais como as Cruzadas e a Inquisição (p. 16-9, 274, 288).

¹⁰ A análise da conquista islâmica nessas páginas assume conotação catastrófica (p. 18, 41-5), além de associada a um exercício contraproducente de história *contrafactual*: no subcapítulo intitulado

Amparado nas atas dos três principais sínodos examinados, Jenkins elenca alguns dos elementos comuns à condução das três assembleias. Tomando-as como princípio organizativo eclesiástico fundamental, o autor evidencia o distanciamento entre o suposto *consenso* delineado pelas atas e a *prática* conciliar.¹¹

No segundo capítulo (p. 65-100), ao abordar a ‘história profunda’ das duas vertentes cristológicas, Jenkins contesta enfaticamente a premissa historiográfica de que somente com a “Revolução Constantiniana” despontou uma cristologia que tenderia a ver Cristo como majestático e imperial, supostamente em contraste com o Cristo de Mateus, humilde e da Igreja perseguida. Para o autor, desde os primórdios cristãos, tal perspectiva *divinizante* se propagava, emanada de Alexandria e dos egípcios (p. 76-7).

Nos capítulos três (p. 101-28) e quatro (129-55) o galês investiga, respectivamente, as transformações nos campos eclesiástico e político-imperial,¹² observadas de meados do século IV a fins do primeiro quartel do século V – por ocasião do I concílio de Éfeso (431) –, das quais despontaram as sedes de Roma, Alexandria e Constantinopla, capazes de mobilizar o amparo imperial em suas querelas.

No quinto capítulo (p. 159-94), o historiador investiga os meandros da controvérsia nestoriana (428-431), culminante no I concílio de Éfeso (431). No cerne da querela se somavam os ressentimentos de Cirilo de Alexandria e da própria Pulquéria com a postura de Nestório, recentemente elevado à sede de Constantinopla. Dotado de

“Imaginando outros mundos” (p. 41-5), Jenkins considera que o triunfo de Éfeso II levaria à “concebível” (p. 43) vitória do Império Romano Oriental frente aos muçulmanos. Deste triunfo derivaria a consequente marginalização de autores ocidentais como Patrício ou Agostinho, em favor do sucesso histórico de autores orientais como Severo de Antioquia e Aba Shenoute, cujos trabalhos foram escritos em siríaco e copta. A nosso ver, mesmo que se trate de um exercício imaginativo, tal conclusão parece precipitada e forçosa.

¹¹ Repleta de pancadaria, debates e aclamações (frequentes nas votações), permeadas por *cânticos* e *slogans* – conduzidos por nobres, populares, monges, dentre outros–, bem como por *lobbies* feitos juntos às cortes imperiais, nas quais efetivamente se ratificavam as *atas*. Tais questões eram agravadas pela inexistência de um *quorum oficial* (ou de qualquer critério para sua composição), bem como frequência de concílios paralelos organizados por grupos dissidentes (p. 47-51).

¹² A destacar, no oscilante cenário eclesiástico, duas sedes que firmaram estáveis sucessões episcopais e, a um só tempo, distintas linhas de atuação. A sede romana, cuja combinação de arsenal retórico-jurídico e formação de um memorial institucional permitiu ao bispo Leão usufruir de um discurso de autoridade tal como um “papa medieval” (p. 115, cf. p. 23). Por sua vez, a sede de Alexandria, cuja atuação “faraônica” (p. 117) advinha tanto de sua reputação quanto, sobretudo, da ingerência de seus bispos nos assuntos eclesiásticos gerais, fortalecidos pelo colossal *lobby* financeiro do qual os egípcios dispunham e pela virulenta atuação de seus monges aliados (p. 117-24). Além destas, o autor destaca a ascensão espetacular da sede de Constantinopla, que ampliou as disputas e cujo apoio seria considerado estratégico pelos demais ‘patriarcas’ (p. 106-9, 124-8). No que se refere ao ambiente político-militar, Jenkins considera que os rumos do Império seriam tensionados pela adesão de bárbaros nas fronteiras, províncias e mesmo nas cortes, bem como para a crescente influência das imperatrizes e suas parentes no ambiente imperial.

grande capacidade oratória e intelectual,¹³ Nestório recusara publicamente a expressão usual *theotokos* (“Mãe de Deus”) para se referir à Maria, às vésperas da festa natalina. Após intensos debates, o sínodo decidiu que o apaziguamento entre Antioquia e Alexandria seria feito às custas do exílio de Nestório.

De fato, as rixas atávicas entre tais facções eclesiásticas não findaram. Ao contrário: adormecidas por quase duas décadas, foram reavivadas em meio a um clima de crescente insegurança política imperial (p. 196-200) e, conseqüentemente, de denunciamento e histeria entre os bispos, culminantes no infame II concílio de Éfeso (449), alçado à posteridade como “sínodo de ladrões” e tema do sétimo capítulo (p. 195-223).

De acordo com Jenkins, a abominável reputação do concílio resulta de dois aspectos: a postura execrável e autoritária alexandrina (p. 214-23) – acompanhada de perto por Eutiques (p. 200-2)¹⁴ – e a posterior refutação das decisões conciliares por bispos que, diante das súbitas mudanças dos anos seguintes, deveriam condicionar sua participação no II sínodo de Éfeso ao constrangimento, à coação e violência conduzidos por Dióscoro, referido bispo de Alexandria (p. 216-7).

Os dados rolaram poucos depois, em Constantinopla (452), tema do oitavo capítulo (p. 224-53). Além de buscar uma solução definitiva à controvérsia cristológica, o sínodo respondeu a uma dupla motivação: sinalizar as mudanças súbitas ocorridas na corte imperial – com a ascensão de Marciano em lugar de Teodósio II e o eclipsar da influência de Pulquéria –, bem como contestar o mal estar provocado pela condução de Dióscoro e Eutiques no II concílio de Éfeso (449) (p. 222-32).

A tarefa mais complicada seria, inegavelmente, conciliar as tendências cristológicas.¹⁵ Coube a Leão, ‘mentor intelectual’ de Calcedônia, responder a tal desafio: este foi alcançado quando sua epístola conhecida como *Tomo Flaviano* foi alçada à condição de referência dogmática, ladeada pelo credo niceno, pelos concílios de Constantinopla (381) e I Éfeso (431) e por uma das exposições epistolares das mais moderadas de Cirilo, respeitado pela maior parte dos orientais (p. 232-40).

No entanto, para Jenkins somente com uma dose de boa vontade e distanciamento milenar se pode tomar Calcedônia como bem-sucedida na resolução das querelas cristológicas. Até a expansão árabe-islâmica do século VII, as igrejas que seguiam as

¹³ Associado ao *milieu* antioqueno – e, por isso, à defesa das Duas Naturezas.

¹⁴ Abade de Constantinopla, conhecido por sua defesa radical da noção de Natureza Única.

¹⁵ Ciosa de se aproximar da cristologia da Natureza Dupla, a maior parte dos bispos orientais sob influência alexandrina admitia somente a condenação à *conduta* de Dióscoro, e não abria mão do uso da expressão *theotokos*, postergando e se evadindo de qualquer resolução concreta.

definições calcedônicas estavam restritas ao Ocidente – graças à influência romana –, aos Balcãs e à Ásia Menor. Em verdade, a maior parte dos cristãos orientais então seguia as igrejas *nestoriana* ou *monofisista*, diante da recusa cristológica aos ditames do concílio calcedônico, bem como ao poder imperial emanado de Constantinopla.

Considerando que foi precisamente o Oriente a ser islamizado, do século VII em diante, Jenkins é categórico: “As ideias calcedônicas triunfaram não por causa da força de sua lógica, mas porque o mundo que se opunha a elas tinha morrido” (p. 295).

A nosso ver, a ambiciosa obra de Jenkins possui algumas limitações. Se o caráter ensaístico por certo contribuiu para sua divulgação, por outro lado o livro prescinde de referências teóricas – exceção feita à noção weberiana de “monopólio da violência” (p. 53-6) – e mesmo metodológicas. Em seu afã por aproximar o ‘grande público’ leitor dos debates do século V, por vezes estabelece correlações premidas por juízo de valor: por exemplo, ao dizer que a primeira dinastia imperial a perseguir os judeus foi a dos “espanhóis”, com Pulquéria à frente, num prenúncio “medieval” (p. 52).

No mais, além de em certos momentos sua interpretação dos debates cristológicos *negativizar* a expansão islâmica, eventualmente reforça a ideia de que os interesses eclesiásticos estavam reféns dos políticos e, por isso, da *mundanização* da Igreja (p. 18-20, 205). Embora passem longe do cerne de sua análise, as considerações acerca de Roma como “esquina perigosamente exposta do mundo civilizado” (p. 109) diante dos “bárbaros” germanos reforçam uma visão *pessimista* da passagem da antiguidade ao período medieval.

Contudo, tais aspectos são atenuados quando confrontados aos importantes *insights*, à importante e recente bibliografia empregada e, sobretudo, ao referido impacto de *desnaturalização* da história da Igreja produzido pela obra. Deste modo, o livro se junta a outros previamente traduzidos ao português, tidos como indispensáveis para o referido estudo da expansão do cristianismo, como os de Robert Markus (1997), Peter Brown (1999) e Paul Veyne (2010).

Bibliografia:

BROWN, Peter. *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

JENKINS, Philip. *A próxima Cristandade e a chegada do Cristianismo Global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARKUS, R. *O fim do cristianismo antigo*. São Paulo: Paulus, 1997.

PAULO DUARTE SILVA

SILVA, Paulo D. A “Revolução Constantiniana” e o fortalecimento cívico episcopal: considerações historiográficas. *Revista Jesus Histórico*, Rio de Janeiro (aguardando publicação).

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão [312-324]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Data de recebimento: 23/07/2014

Data de aceite: 05/11/2014